

EDITORIAL

25 anos de Constituição Federal de 1988: reflexões jurídicas, sociais e políticas

No mês de outubro de 2013, a nossa Carta Constitucional completa 25 anos de existência e esse é um bom momento histórico, político, jurídico e social para realizarmos grandes reflexões sobre alguns “avanços” produzidos pela promulgação do texto constitucional de 1988, considerando o quanto ainda estamos “engatinhando” na efetividade de outros tantos direitos previstos na nossa Carta Magna.

Para exaltarmos o tema sobre as mudanças que ainda estão por vir em nosso “Estado Democrático de Direito”, é que apresentamos à comunidade geral a presente edição da Revista de Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV).

Iniciamos nossa abordagem com o artigo científico intitulado “A problemática atinente às limitações do mero reconhecimento legal dos direitos humanos”, cujo foco de análise é a coexistência “excêntrica” da contemporaneidade brasileira entre os fundamentos ideológicos do liberalismo e a efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana.

Um dos valores principais almejados pela nossa Carta Constitucional de 1988 era “inserir” a democracia em nosso país conquistarmos uma democracia mais “madura”. Com esse viés é que trazemos à baila um tema tão importante de ser alcançado na atualidade a ampliação da participação por meio através dos instrumentos democráticos previstos no ordenamento pátrio, tais como: audiência pública, ação popular e ação civil pública. Sobre essa temática, apresentamos o artigo: “Participação popular: limites e horizontes nas audiências públicas ambientais sob a ótica da racionalidade ambiental”.

Com o intuito de continuarmos a nossa meta de debater os direitos e garantias fundamentais após a promulgação do nosso texto maior, elegemos, como questão fundamental a ser debatida neste momento, “o direito fundamental à saúde”. Para esse tema, foram trazidos dois valiosos artigos científicos. O primeiro é um texto mais embasado na problemática da universalidade do acesso e integralidade de assistência ao direito à saúde, intitulado: “O direito à saúde na ordem constitucional brasileira” e o segundo, mais focado em um problema típico de nossa sociedade atual, os limites éticos e jurídicos das pesquisas médicas com seres humanos, tendo como título: “O papel da sociedade tecnocientífica e os riscos decorrentes das pesquisas médicas com seres humanos”.

O nosso objeto de estudo, na sequência, será as “minorias”, sabendo da relevância do tema e o quanto ele ainda está “envolto” em grandes ideologias conservadoras que muitas vezes impedem um discurso com embasamento científico consistente e profundo e que entendemos imprescindível abordar. Trabalharemos a temática, nos seguintes artigos científicos: “Discriminação de gênero e direitos fundamentais: desdobramentos sócio-históricos e avanços legislativos” e “A relação entre deficiência física e acessibilidade numa perspectiva hermenêutica: a construção da igualdade a partir de uma ética da inclusão; estudo de um caso ‘facil’ ”.

Na continuação de nossas abordagens científicas, apresentamos artigos que “costuram” os direitos fundamentais e as relações privadas, trazendo em destaque um tema tão caro aos juristas brasileiros na contemporaneidade, a “constitucionalização do direito privado”. Sobre esse tema, temos os seguintes artigos: “Privacidade da pessoa humana no ambiente de trabalho: limites e restrições”; “Licença-maternidade e estabilidade da gestante para homens”; “A inclusão digital no Brasil e a responsabilidade civil estatal por omissão” e “Valoração da prova na tutela da função social da propriedade imobiliária urbana no Brasil”.

Com referência ao tema “garantias fundamentais e o processo”, a Revista de Direitos e Garantias Fundamentais traz para seu leitor apreciar dois artigos científicos de inquestionável qualidade jurídica, quais sejam: “O Processo Penal Constitucional e o devido processo

legal como garantia democrática” e “A necessidade da substituição processual, os direitos sociais e o Ministério Público”.

Para finalizar a presente edição de nossa revista, elegemos dois artigos científicos internacionais que abordam importantes temáticas dos direitos fundamentais. O primeiro trata de um assunto imprescindível de ser enfrentando na atualidade, que é a questão do direito humano, a água e a necessidade de uma gestão democrática e participativa para a concretização de tal direito: “Derecho Humano al agua y principio de unidad de gestión”. O segundo aborda a proteção das pessoas com deficiência intelectual e seus direitos humanos. O artigo propõe uma perspectiva emancipatória e “empoderadora” desses sujeitos de direito tradicionalmente tão “invisibilizados” em nossas sociedades: “Derechos Humanos y protección de las personas con discapacidad”.

Por derradeiro, a Revista do Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), reafirma nesta presente edição seu papel profícuo de trazer para a comunidade científica e a sociedade em geral artigos científicos de grande embasamento social, político e jurídico, sobre a temática dos direitos e garantias fundamentais. Desejamos a todos boa leitura!

Prof. Dra. Cristina Grobério Pazó

Professora da Faculdade de Direito de Vitória (FDV)
Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF)